

DEBORAH LIMA DE OLIVEIRA

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO
INFANTIL**

GOIÂNIA

2022

DEBORAH LIMA DE OLIVEIRA

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO
INFANTIL**

Monografia elaborada como exigência da Disciplina de Monografia II, do Curso de Pedagogia da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, sob a Orientação da Prof.^a. Me. Márcia Helena Santos Curado

GOIÂNIA

2022

DEBORAH LIMA DE OLIVEIRA

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO
INFANTIL**

Apresentação de TCC, na modalidade de Monografia, no Curso de Pedagogia, da
Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade
Católica de Goiás

Prof.^a Orientadora: Me. Márcia Helena Santos Curado _____

Assinatura

Conteúdo: (até 7,0) _____ ()

Apresentação oral: (até 3,0) _____ ()

Prof.^a Convidada: Me. Zélia Maria Borges _____

Assinatura

Conteúdo: (até 7,0) _____ ()

Apresentação oral: (até 3,0) _____ ()

Nota Final: _____

Goiânia, ____/____/2022

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho à Deus, que com a sua maravilhosa graça, me conduziu até aqui com amor, esperança e bondade. A Ele toda honra e glória.

AGRADECIMENTOS

Gratidão a Deus, por ter colocado no meu coração a vontade de cursar Pedagogia e de persistir nesse curso até aqui.

Aos meus pais que sempre me apoiaram e estiveram comigo nesse caminho, os meus maiores incentivadores, esse trabalho é resultado do amor e do apoio de vocês.

Ao meu noivo, que esteve comigo todas as vezes que achei que não conseguiria concluir essa caminhada e que sempre acreditou que eu iria conseguir.

Aos professores do curso de Pedagogia, em especial professora Márcia Helena, Zélia Maria e Norma Cardoso, que antes mesmo de colaborarem nesse trabalho, fizeram parte da construção dele desde o início, durante as aulas, que transformaram a minha concepção quanto a sociedade, a educação e as crianças. Paulo Freire falava o quanto a educação é transformadora, e de fato, vocês representam isso.

Ensine a criança no caminho em que deve andar, e ainda quando for velho não se desviará dele.

Provérbios 22:6

SUMÁRIO

RESUMO	7
INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1	12
BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E A ELABORAÇÃO DE MARCOS REFERENCIAIS	12
CAPÍTULO 2	21
A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS	33

RESUMO

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Deborah Lima de Oliveira¹

Márcia Helena Santos Curado²

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo discutir a importância da Educação Infantil para a construção da identidade da criança. Este estudo fundamentou-se em teóricos que discutem tais conceitos e em livros publicados, desenvolvendo assim, uma pesquisa bibliográfica, com análise qualitativa. Com o intuito de apresentar como o ambiente da Educação Infantil é importante para o pleno desenvolvimento da criança e sua identidade, a partir das relações sociais, da cultura e do meio, é possível compreender o papel transformador da Educação Infantil na vida da criança.

Palavras-chave: Educação Infantil; Identidade; Criança; Desenvolvimento

¹ Aluna do Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás

² Professora do Curso de Pedagogia da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Mestre em Educação.

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso elaborado no Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás tem como objeto de estudo a importância da Educação Infantil para a construção da identidade da criança. O conceito de identidade começou a ser questionado recentemente, principalmente em como ela se constituía, e em muitas discussões na área da psicologia se dizia que grande parte das vivências no período da infância, resultava em quem essa criança se tornaria em um futuro. Ao saber dessa influência, faz-se necessário um ambiente que seja planejado para desenvolver plenamente a criança e construir com ela conhecimentos, aprendizagem, valores, relações, esse ambiente é a Educação Infantil.

Para tanto, busca responder o problema: qual a importância da Educação Infantil na construção da identidade da criança? Tendo como objetivos: compreender o papel da Educação Infantil e como ocorre o processo da construção da identidade da criança; realizar uma pesquisa bibliográfica para eleger os autores que discutem a temática em questão; abordar os principais aspectos do pleno desenvolvimento da criança na Educação Infantil, utilizando a teoria sociointeracionista de Vygotsky, mas antes, percorrer a trajetória da Educação Infantil.

O tema desse Trabalho de Conclusão de Curso, se deu, a partir dos estudos e experiências no Curso de Pedagogia da Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Go. A partir dos estudos sobre a infância e a trajetória do sentimento quanto a ela, foi possível notar a marginalização da criança, a precariedade dos cuidados quanto a ela que perdurou por muito tempo, e que foi através da educação que houve uma transformação do pensamento da infância. Estudar o papel da Educação Infantil colaborou numa mudança de concepção e mentalidade com relação a profissão do pedagogo, já que, mesmo ao ingressar no curso, havia uma visão preconceituosa quanto a ação dos professores na educação de crianças, a pergunta que perdurava era: o que ensinar para crianças tão pequenas?

Foi a partir do Estágio Supervisionado na Educação Infantil I e II, dirigido pela professora e mestra Zélia Maria Borges, que os estudos desse Trabalho se iniciaram,

a necessidade de compreender a importância da Educação Infantil e como ela impactava na vida da criança. Assim, tive a oportunidade de vivenciar as ações pedagógicas da instituição de ensino, que em tudo, estava planejada para o desenvolvimento das crianças, os espaços de recreação, os refeitórios, as salas, os banheiros etc., o foco eram as crianças. Nos estudos e planejamentos desenvolvidos no Estágio, me mostraram o quanto a Educação Infantil é cheia de possibilidades e intencionalidades para a aprendizagem com a criança, o fato de que tudo que a criança traz de fora da escola para dentro da sala de aula e isso se transforma em projetos de aprendizagem, demonstra que esse lugar é essencial para as crianças e as famílias delas.

A partir dessas vivências no Estágio, e nas vivências pessoais, passei a ter um olhar atento quanto a questão da identidade, por que a Educação Infantil influencia e marca a trajetória da criança? Por que que as experiências vividas nesse ambiente deixam marcas na formação da criança? Assim, surgiu a necessidade desse estudo, compreender a importância e o papel da Educação Infantil na construção da identidade da criança.

A identidade é um conceito que tem sido muito falada na sociedade pós-moderna, questionamentos como: “quem sou eu?”, “qual o meu propósito de vida?”, “o que eu amo fazer?”, tem ressoada entre adolescentes, jovens e adultos, principalmente, na hora de tomar grandes decisões. Identidade é tudo aquilo que define o ‘eu’, aquilo que gostamos, as nossas características, também sugere relação com um grupo coletivo ou social mais amplo: as questões de gênero, etnia, classe social, nacionalidade, sexo, entre outras, enfim, a identidade é aquilo que nós nos constituímos a partir das nossas relações, e durante o desenvolvimento desse Trabalho veremos melhor sobre o conceito de identidade e como ela se forma.

Segundo Vygotsky (1988, *apud* REGO, 1995) o homem é um ser sócio-histórico e por isso é formado pelas interações com o outro, com o meio e a cultura que está inserido. Para ele, o ambiente educacional é o lugar que proporciona o pleno desenvolvimento da criança, isso é, a aprendizagem de signos e instrumentos que passam a fazer parte de toda a sua vida, e esses conhecimentos se dão a partir da interação com os seus semelhantes e com a mediação do adulto. Desse modo, a Educação Infantil se mostra o ambiente essencial para esse desenvolvimento,

segundo os seus documentos oficiais, os princípios da Educação Infantil se dão autonomia, a responsabilidade, a solidariedade e o respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem seu aporte metodológico na pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Após a definição do tema elegeu-se os autores para a discussão proposta: PHILIPPE ARIÈS (1981), REGO (1995), VYGOTSKY (1988, *apud* REGO, 1995), OLIVEIRA (2002), HEYWOOD (2004), CRUZ e CRUZ (2017), BARBOSA e HORN (2008) e os Documentos Oficiais sobre a Educação Infantil.

Para tanto, este Trabalho de Conclusão de Curso está organizado em dois capítulos. No primeiro apresenta uma breve história da infância, criança e a criação e os marcos históricos da Educação Infantil, a partir de Philippe Aries (1981) podemos compreender a trajetória da concepção de criança e infância, e o sentimento da infância, Zilma de Oliveira (2002) nos apresenta os caminhos até a chegada da concepção de educação para crianças que se tornou a Educação Infantil, com embasamento nos documentos como o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (MEC, 2010) e as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Infantil (1996).

No segundo capítulo, apresenta-se a discussão sobre o conceito de identidade, como ela é formada a partir da visão de Vygotsky (*apud* REGO, 1995) sobre a formação da criança, o seu desenvolvimento, aprendizagem, discutindo sobre as interações sociais, com a cultura e o seu meio. Assim, a partir de CRUZ e CRUZ (2017) podemos perceber o planejamento da Educação Infantil, os seus espaços, voltados para o pleno desenvolvimento da criança.

CAPÍTULO 1

BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E A ELABORAÇÃO DE MARCOS REFERENCIAIS

A infância é o período de desenvolvimento que todo ser humano vive, ela vai desde o nascimento até o início da adolescência, sendo um período de vulnerabilidade, sendo que a criança possui necessidades bem específicas que precisam ser atendidas pelos adultos e direitos de cidadania.

Segundo Kramer (1999), a noção de infância surgiu com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que mudavam a inserção e o papel social da criança na sua comunidade. Todavia, esse é um período extremamente estereotipado, pois ao pensar em infância fazemos relações com momentos de alegria, leveza, brincadeiras e acima de tudo sem problemas; contudo, ao estudarmos sobre a infância podemos perceber um passado “obscuro”, onde as crianças sequer recebiam o devido cuidado e a consciência de infância era inexistente.

Philippe Ariès (1914), foi um dos pioneiros a discutir e questionar o sentimento de infância e o tratamento que as crianças recebiam na Idade Medieval. Para o autor, a civilização medieval não percebia um período de transição entre a infância e a idade adulta, pois era uma sociedade que entendia a criança como adulto em menor escala ou ‘miniadulto’; por causa disso, as crianças eram colocadas em risco por terem que se submeter às mesmas atividades das pessoas adultas.

Por causa dessa inserção repentina das crianças no mundo adulto, é que a mortalidade infantil na Idade Média era altíssima, assim, aquelas que passavam dos 7 anos de idade já eram consideradas abençoadas. A arte Medieval representava as crianças como homens em miniatura. Ariès deixa isso registrado ao falar de uma pintura representativa dos evangelhos:

O tema é a cena do evangelho em que Jesus pede que se deixe vir a mim as criancinhas, (...) as miniaturas que se agruparam em torno de Jesus, oito verdadeiros homens, sem nenhuma das características da infância, foram reproduzidas em uma escala menor. Apenas seu tamanho distingue dos adultos. (ARIÈS, 1981, p.50).

Há uma outra visão da infância na Idade Média, que era a representação religiosa, de seres angelicais, pois era o que havia de mais próximo da pureza naquela época. A infância estivera limitada aos santos, Jesus, Maria, depois aos discípulos, João, Tiago, Pedro, levando a representação iconográfica inteiramente nova sobre a criança. A criança não estava ausente na Idade Média, “ao menos a partir do século XIII, mas nunca um modelo de um retrato de uma criança real” (Ariès 1981, p.56).

Com essas condições, as crianças não passavam pela fase de brincar, estudar e se divertir, como ocorre com crianças da sociedade atual, ou seja, não experimentavam o período da infância e juventude. A educação era limitada às técnicas de aprender a fazer o que os adultos faziam, assim, a criança era criada no meio dos adultos, realizando as mesmas tarefas que eles, sendo tratadas como adultos, e até consideradas miniadultos.

No Brasil, a concepção de criança foi trazida pelos jesuítas, eles viam a criança como ser de luz, fácil de se moldar, e entendiam que a infância era o momento oportuno para a catequese, porque era também momento de unção, iluminação e revelação, por conta da inocência que havia na criança, nesse período. Os jesuítas viam a catequese como forma de conservar a docilidade e a obediência da criança, o que era mais uma forma de ação que acabava por negar a cultura indígena da criança. Além disso, os jesuítas aproveitavam também para explorar o trabalho dos indígenas e as riquezas naturais de suas terras (NETO, 2000).

No entanto, os jesuítas possuíam um grande problema, pois não conseguiam enquadrar as crianças abandonadas, órfãs e migrantes, em seu projeto educativo. Durante aquele período, havia muitos casos de crianças abandonadas nas ruas, e a mortalidade infantil estava cada vez maior. Um grande número de bebês abandonados eram deixados pelas mães à noite, nas ruas sujas. Muitas vezes eram devorados por cães e outros animais que viviam nas proximidades ou eram vitimados pelas intempéries ou pela fome (NETO, 2000).

Sendo assim, durante o século XVIII, surge uma instituição implantada pela Igreja, que traria a resolução desses problemas, a Roda dos Expostos. Instaladas nos muros das Santas Casas de Misericórdia, a roda tinha como objetivo facilitar a entrega dos bebês abandonados. As mães não precisavam se identificar e os bebês poderiam ter mais uma chance de continuarem vivendo, sem serem deixados nas ruas, lixeiras,

portas de igrejas e casas de outras famílias. Entretanto, o número de crianças que morriam nas rodas era alarmante, devido à falta de recursos para as Santas Casas, devido às doenças que se manifestavam e à falta de cuidados específicos com os bebês.

Dessa forma, a Roda dos Expostos não perdurou por muito tempo, e por volta do século XIX essas instituições começaram a ser fechadas, pois passaram a ser consideradas contrárias aos interesses do Estado, devido às críticas de médicos higienistas, que viam esta forma de assistencialismo como responsável pelas mortes prematuras das crianças. Com essas instituições fechadas, as crianças passaram a ser vistas como marginais, o que levou à necessidade de superação desse cenário, por meio da educação, que passou a ser vista como a solução para o problema das crianças abandonadas.

De acordo com Oliveira (2002), nos séculos XV e XVI, surgiram novos modelos educacionais que foram criados para responderem aos desafios estabelecidos pela maneira como a sociedade europeia se desenvolvia. No período Renascentista ocorreu o desenvolvimento científico, a expansão comercial e as atividades artísticas, que estimularam o surgimento de uma nova educação para a criança. Por conta da Revolução Industrial,

[...] foram-se organizando serviços de atendimento, coordenados por mulheres da comunidade, a crianças pequenas abandonadas por suas famílias ou cujos pais trabalhavam em fábricas, fundições e minas originadas da Revolução Industrial, que se implantava na Europa ocidental (p. 49).

Desse modo, surgiram as instituições de caráter filantrópico para atendimento às crianças pobres. Essas crianças, de 2 ou 3 anos de idade, eram incluídas em instituições que não possuíam o caráter instrucional, mas voltavam-se para o desenvolvimento de bons hábitos de comportamento, a internalização de regras morais e de valores religiosos, além da promoção de rudimentos de instrução.

Oliveira (2002) afirma que os pioneiros da educação das crianças acreditavam que, como elas nasciam sob o pecado, cabia à família e, na falta dela, à sociedade, corrigi-las desde pequenas. Eles defendiam um rigoroso planejamento do tempo nas escolas, mesmo nas que atendiam crianças pequenas, gerando uma rotina de

atividades a serem observadas diariamente e fundada na ideia de autodisciplina. No que tange a educação das crianças, esse período só colaborou com a diminuição da mortalidade infantil e instaurou uma divisão no atendimento às crianças: uma concepção assistencialista para as crianças pobres e uma concepção educativa para as crianças abastadas.

Já no século XX, com o sentimento de infância consolidado, a preocupação com a saúde e a educação das crianças se tornou mais relevante. No período Pós Primeira Guerra Mundial, houve um aumento do número de órfãos, o que deu início ao atendimento para a criança pequena a fim de diminuir a mortalidade infantil, a partir de programas nos lares e nas creches, orientados por especialistas na área da saúde. As atividades para crianças no âmbito educativo eram confeccionadas e baseadas nas teorias dos médicos Decroly (1871-1932), Montessori (1879-1952), entre outros, que foram considerados os pioneiros da educação infantil.

As ideias a respeito da infância, como fase de valor positivo, culminaram com o Movimento das Escolas Novas; esse movimento se posicionava contra a visão de que a escola deveria preparar a criança para a vida como se ela fosse um adulto, invalidando o pensamento da criança, os seus interesses e necessidades. Esse movimento aumentou a preocupação quanto a aprendizagem da criança e proporcionou uma discussão maior sobre a sua educação, afirmando que a sua participação não deveria ser passiva, pelo contrário, a atividade para a criança deveria ser voltada para que ela pudesse experimentar, pensar, julgar. (OLIVEIRA, 2002)

Surgiram também, no campo da Psicologia, pensadores essenciais para a educação de crianças, pois eles estudaram sobre o desenvolvimento da criança, como Vygotsky e Wallon, o que contribuiu para o avanço do pensamento educacional em torno do atendimento às crianças pequenas. Também, no século XX, Freinet (1896-1966) foi um dos educadores que renovaram as práticas pedagógicas de seu tempo. Para ele, a educação que a escola dava às crianças deveria extrapolar os limites da sala de aula e integrar-se às experiências por elas vividas em seu meio social.

O Brasil teve grande influência dos escolanovistas vindos da Europa e dos Estados Unidos, logo após a abolição da escravatura, no século XIX, o que suscitou problemas em relação ao destino dos filhos dos escravos. Assim, um dos produtos

trazidos das conferências internacionais, foi o “jardim de infância”, que gerou debates políticos, pois era visto por alguns como ambiente de desenvolvimento infantil, e visto por outros como locais de mera guarda infantil, já que se entendia que seria destinado à caridade e às crianças mais pobres e, por isso, não deveria ser uma obrigação do governo. Os jardins de infância começaram a serem considerados prejudiciais à unidade familiar por tirarem desde cedo a criança de seu ambiente doméstico, sendo admitidos apenas no caso de proteção aos filhos de mães trabalhadoras.

Nesse momento já aparecem algumas posições históricas em face da educação infantil que iriam se arrastar até hoje: o assistencialismo e uma educação compensatória aos desafortunados socialmente (Oliveira, 2002). Grande maioria das creches eram planejadas como instituições de saúde, com rotinas de triagem, lactário, auxiliar de enfermagem, preocupação com a higiene e com o ambiente físico. Foram criadas por entidades filantrópicas que, ao longo do tempo, começaram a receber ajuda do governo e de famílias ricas, como uma forma de manter o controle sobre as camadas populares. Sendo assim, o trabalho com as crianças nas creches tinha um caráter assistencial-protetoral: a preocupação era alimentar, cuidar da higiene e da segurança física, sendo pouco valorizado um trabalho orientado à educação e ao desenvolvimento intelectual e afetivo das crianças.

A partir da metade do século XX, com a industrialização e a urbanização aumentando no país, as mulheres começaram a ir cada vez mais para o mercado de trabalho e com isso houve um aumento em creches e parques infantis de período integral. Assim, em 1961 foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4024/61) que aprofundou a perspectiva apontada desde a criação dos jardins de infância: sua inclusão no sistema de ensino. Todavia, com o governo dos militares, acentuou-se a concepção de creches e até das pré-escolas como caráter de assistência para a crianças. (OLIVEIRA, 2002)

Outra forte característica da educação para as crianças no Brasil que foi se consolidando, constituiu-se em uma ajuda governamental às entidades filantrópicas e assistenciais ou de incentivo a iniciativas comunitárias, por meio de programas emergenciais de massa, de baixo custo, desenvolvidos por pessoal leigo, voluntário, com envolvimento de mães que cuidavam de turmas de mais de cem crianças, ou

seja, não havia nenhum tipo de profissionalização para quem cuidasse das crianças nas creches e nos parques infantis.

Com grandes debates, surge a “Educação Compensatória”, que tinha como foco propostas de trabalho para remediar carências das crianças mais pobres a partir das creches e pré-escolas, onde possibilitaria a superação das condições sociais a que estavam sujeitas, mesmo sem a alteração das estruturas sociais geradoras daqueles problemas. Tais propostas visavam à estimulação precoce e ao preparo para a alfabetização, mantendo, no entanto, as práticas educativas geradas por uma visão assistencialista da educação e do ensino. (OLIVEIRA, 2002)

Doravante das discussões trabalhistas, antecedentes a Constituição de 1988, começaram a pressionar o poder público sobre a educação dos filhos dos trabalhadores, já que os filhos da classe média já estavam recebendo uma educação intencional voltada aos aspectos cognitivo e emocional. Começou então a expansão de escolas municipais de educação infantil, que abrangiam o trabalho anteriormente feito em parques infantis e jardins de infância, e as classes pré-primárias nas escolas de ensino fundamental. Voltaram as discussões sobre as funções das creches e pré-escolas, para romper com a ideia de assistencialismo e com a concepção de educação compensatória, com o objetivo de diminuir a marginalização das crianças de classes baixas.

Lutas pela democratização da escola pública, somadas a pressões de movimentos feministas e de movimentos sociais de lutas por creches, possibilitaram a conquista, na Constituição de 1988, do reconhecimento da educação em creches e pré-escolas como um direito da criança e um dever do Estado a ser cumprido nos sistemas de ensino (OLIVEIRA, 2002, p. 90).

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que determinou que 50% da aplicação obrigatória de recursos em educação fosse destinada a programas de alfabetização, houve a expansão de pré-escolas e melhoria na formação profissional dos docentes, e foi também com a Constituição que o Estado foi obrigado a promover vagas para crianças de 0 a 6 anos. Desse modo, a educação infantil passou a ser reconhecida como a primeira etapa da Educação Básica. Isso conduziu ao estabelecimento de princípios que norteiam a educação para as crianças, a fim de garantir o desenvolvimento integral destas em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

Já em 1990, houve um marco muito importante para as crianças: a implantação da Lei Federal Nº 8.069, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA que “define as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento, que demandam proteção integral e prioritária por parte da família, sociedade e do Estado”. O ECA é o símbolo de uma nova forma e visão de tratamento das crianças e adolescentes no país, é a declaração da importância delas para o país e do comprometimento do Estado e da sociedade em cuidar e dar proteção à todas as crianças e adolescentes. (BRASIL, 1990)

As mudanças e os avanços adquiridos em relação à educação infantil, iniciados pela Constituição Federal, em 1988, são desdobrados, anos mais tarde, em 1996, com a promulgação da 3.^a Lei de Diretrizes e Bases Educação Nacional, ao declarar a educação infantil como primeira etapa da educação básica nacional, e solidificam-se com a aprovação, pelo Conselho Nacional de Educação, em 2009, da Resolução CNE/ CEB n.º 05/09, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI).

A DCNEI (BRASIL, 2009) tem como o objetivo orientar as políticas públicas e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares da Educação Infantil. Desse modo, as Diretrizes buscam orientar o trabalho pedagógico do professor com as crianças e à sua comunidade escolar, ao propor ações educativas com qualidade, articuladas com diversidades sociais e culturais no que diz respeito à infância e à criança no país. As DCNEI (BRASIL, 2009) apresentam alguns princípios necessários para aperfeiçoar e qualificar o trabalho do professor no cotidiano das crianças. São eles:

Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades. Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática. Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais (MEC, 2010, P. 16).

Esses avanços legais colaboraram na compreensão da mudança significativa que houve nos modos de compreender a função social e política dessa etapa da educação e no modo de conceber a criança, a infância e seu processo de aprendizado e desenvolvimento.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), 9394/96, estabeleceu a educação infantil como etapa inicial da educação básica, conquista histórica que tirou as crianças pequenas e pobres de seu confinamento em instituições vinculadas a órgãos de assistência social. Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições culturais. Oliveira (2002) deixa bem claro a importância dessa lei, pois ela propõe a reorganização da educação brasileira em alguns pontos:

Amplia o conceito de educação básica, que passa a abranger a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Expande o conceito de educação, vinculando o processo formativo ao mundo do trabalho e à prática social exercida nas relações familiares, trabalhistas, de lazer e de convivência social. Aumenta as responsabilidades das unidades escolares (aí incluindo creches e pré-escolas) e determina que os sistemas de ensino garantam graus progressivos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira a suas unidades escolares. Estimula ainda a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação da comunidade em conselhos da instituição educacional. Essa lei ainda dispõe princípios de valorização dos profissionais da educação e estabelece critérios para o uso de verbas educacionais. (p. 92)

A educação infantil passou por muitas mudanças que promoveram uma educação de qualidade às crianças. Muitos outros documentos importantes foram elaborados, comprometidos com uma educação integral, e, atualmente, contamos também com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), elaborada em 2018, que se constituiu em “um documento de referência nacional para a formulação dos currículos e dos sistemas e das redes escolares do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares”. (MEC, 2019).

A Base estabelece campos de experiência na Educação Infantil, que são os norteadores para o desenvolvimento do trabalho pedagógico do professor, do currículo educacional e da aprendizagem das crianças. São cinco os campos de experiência: Eu, o outro e o nós; Corpos, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. Os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhem as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural. Todavia, a Base recebe muitas críticas por enrijecer a educação e o trabalho do professor, impossibilitando a espontaneidade da educação, da relação da criança com a escola e com os seus próprios saberes.

Sendo assim, a Educação Infantil é o ambiente em que o cuidar e o educar são aspectos indissociáveis e que a criança é concebida como um sujeito ativo que interage com o mundo por meio da brincadeira, por meio das suas interações com outras crianças, e que, principalmente, tem o direito de viver sua infância. Não podemos cometer o erro em pensar que a Educação Infantil é o lugar do espontaneísmo, sem planejamento e sem conhecimento. Esse pensamento nos leva de volta à ideia de assistencialismo, uma característica combatida e deixada de lado.

Nessas instituições de educação a criança deve ser valorizada e impulsionada a se conhecer, a conhecer o ambiente ao seu redor, e isso tudo através das vivências, dos projetos e das brincadeiras. A educação infantil está acima de um lugar de cumprimento de tarefas meramente técnicas, com atividades fragmentadas e uma rigidez quanto à rotina. Pelo contrário, as crianças na educação vivem experiências próprias à sua fase de desenvolvimento e ao seu contexto social e cultural, ao mesmo tempo em que aprendem novos conhecimentos por meio das interações que estabelecem.

Com base nos estudos feitos neste capítulo, a partir dos referenciais teóricos abordados, prosseguiremos no aprofundamento do tema no capítulo dois, discutindo a importância da Educação Infantil para a construção da identidade da criança, observando a teoria sociointeracionista de Vygotsky que afirma que nos espaços em que as crianças estão inseridas, são tecidos os significados e ações compartilhadas que favorecerão a constituição de sujeitos singulares e ao mesmo tempo múltiplos e inseridos no seu ambiente histórico-cultural.

Capítulo 2

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Entende-se identidade como algo único, pessoal, de cada um de nós, que nos define de forma singular. Por outro lado, a identidade também sugere relação com um grupo coletivo ou social mais amplo: as questões de gênero, etnia, classe social, nacionalidade, sexo, entre outras, são representações de quem é o sujeito, são formas de vivenciar e experimentar o eu em interação com o mundo social.

Os estudos sobre a identidade se concretizaram bastante na Modernidade. Segundo Kaufmann (2004), “o sujeito vivendo na comunidade tradicional, não se via como um indivíduo em particular, assim, não estava ciente dos questionamentos identitários atualmente propostos”, ou seja, na Modernidade o sujeito se vê mais como indivíduo, diferente do que acontecia em outros tempos, onde, tudo permanecia no nível da coletividade.

De acordo com Zygmunt Bauman (2005, *apud* Szwako), essa mudança quanto a identidade do sujeito se dá a partir de vários fatores como “a globalização, a decadência do Estado de bem-estar social, o aumento da mobilidade social, a insegurança nas relações sociais”, o que contribui para o aumento da fragmentação coletiva, angústia e incertezas que refletem direto na identidade do sujeito.

Assim, Bauman (2005, *apud* Szwako) enfatiza a fluidez da identidade, enxergando-a como infinita e incansavelmente negociável. A Modernidade Líquida é o termo que esse autor usou para a sociedade atual, defendendo que não há nada sólido no homem, mas que tudo é fluído e passa rápido, inclusive, nos lugares que tradicionalmente são cheios de sentimentos de pertença como a família, a igreja e a vizinhança, que acabaram sendo colocados à prova no mundo novo de oportunidades fugazes e das seguranças frágeis.

Desse modo, compreende-se que a identidade está sujeita a mudanças durante toda a vida, o que buscamos ressaltar é que a construção da identidade do homem moderno tem se tornado cada vez mais afetada pelo individualismo, que ele não se reconhece no outro ou no seu meio, e assim não reconhece a si mesmo.

A partir dessa compreensão de identidade, podemos olhar para a teoria sócio-histórica de Vygotsky (1988) em que o autor atribui grande importância ao papel da

interação social no desenvolvimento humano. Para ele, “a premissa é de que o homem se constitui como tal através de suas interações sociais, portanto, é visto como alguém que transforma e é transformado nas relações produzidas em uma determinada cultura”. (REGO, 1995, p. 93).

Vygotsky afirma também que as características tipicamente humanas não estão presentes desde o nascimento do indivíduo, nem são só resultado das pressões do meio externo, elas são resultado da interação do homem com o seu meio sociocultural. O caso verídico de duas crianças, chamadas "meninas-lobas", que foram encontradas na Índia, vivendo no meio de uma manada de lobos, demonstra que, para se humanizar, o indivíduo precisa crescer num ambiente social e interagir com outras pessoas.

Quando encontradas, praticamente não apresentavam um comportamento humano: não conseguiam permanecer em pé, andavam com o apoio das mãos, não falavam, se alimentavam de carne crua ou podre, não sabiam usar utensílios (tais como, copo, garfo etc.) nem pensar de modo lógico. (REGO, 1995, p. 58) Quando o homem é isolado, privado do contato com outros homens, entregue apenas a suas próprias condições, ele é indefeso e despreparado, afirmando a importância que há na interação com o outro.

Assim, partimos para um olhar de compreender a importância e a necessidade das interações sociais. Rego (1995) vai ressaltar que a criança recebe influência na sua formação, ao interagir com os adultos, e no contato com os objetos culturais que estão no seu meio, onde os adultos asseguram a sobrevivência do bebê, mas também, medeiam a sua relação com o mundo. “Os adultos procuram incorporar as crianças à sua cultura, atribuindo significado às condutas e aos objetos culturais que se formaram ao longo da história.” (REGO, 1995, p. 59). Essa interação entre adultos e crianças, possibilita a criação de uma consciência cultural que constrói na criança a compreensão do seu lugar e do seu papel no mundo, que está em uma contínua transformação.

Desse modo, Vygotsky (1988, *apud* REGO, 1995) vai discorrer sobre a mediação, que caracteriza a relação do homem com o mundo e com os outros "homens," é um estudo importante pois é através deste processo que as funções psicológicas superiores (memória, consciência, percepção, atenção, fala, pensamento, vontade, formação de conceitos e emoção) se desenvolvem. Para ele existem dois elementos básicos que são responsáveis por essa mediação, “o

instrumento, que tem a função de regular as ações sobre os objetos e o signo que regula as ações sobre o psiquismo das pessoas”. (REGO,1995, p.50) Sobre os instrumentos e signos, Oliveira (2002) vai dizer que:

Enquanto os animais agem e reagem à natureza de uma forma sensorial instintiva, o homem extrapola suas capacidades sensoriais pelo uso de instrumentos construídos por meio do trabalho coletivo no qual interage com outros homens. Esses instrumentos não se reduzem à dimensão material, mas incluem a utilização de signos — um nó em um lenço para ativar uma lembrança, um brinquedo para possibilitar a emergência da capacidade de representar algo em uma situação, uma palavra para remeter a uma experiência, uma questão para ativar um raciocínio argumentativo —, que estimulam diferentes funções mentais. (p. 101)

Os signos são instrumentos imateriais do homem, como a fala, o pensamento, não são criados ou descobertos pelo sujeito, mas o sujeito se apropria deles desde o nascimento, na sua relação com parceiros mais experientes que emprestam significações a suas ações em tarefas realizadas em conjunto. A partir da inserção desse sujeito em um contexto cultural, sua interação com membros de seu grupo e de sua participação em práticas sociais a criança incorpora ativamente as formas de comportamento já firmadas na experiência humana.

É importante compreender que a cultura, para Vygotsky, não é algo pronto, estático, onde o sujeito se submete a tudo que lhe é apresentado. Na verdade, a cultura é um palco de negociações, um constante movimento entre os seus membros, e que se compõe continuamente das ações do ser humano. (REGO,1995)

Assim, Vygotsky nos faz refletir na importância das instituições coletivas, principalmente voltada para as crianças e em especial na parte da educação, é com outras crianças e com adultos, que ocorrerá a diferenciação do eu e do outro, assim ela afirmará e definirá ainda mais a sua individualidade e compreenderá as relações sociais da cultura a qual pertence. É por isso que Vygotsky defende o papel da escola na sociedade, já que é neste lugar que a criança tem a experiência completa de conviver com o outro, e por estar nesse ambiente educativo é que a criança desenvolve conhecimento, cultura e aprendizagem:

Ao interagir com esses conhecimentos, o ser humano se transforma: aprender a ler e a escrever, obter o domínio de formas complexas de cálculos, construir significados a partir das informações descontextualizadas, ampliar seus conhecimentos, lidar com conceitos científicos hierarquicamente relacionados, são atividades extremamente importantes e complexas, que possibilitam novas

formas de pensamento, de inserção e atuação em seu meio (REGO, 1995, p. 104).

O pleno desenvolvimento do homem depende do aprendizado que realiza num determinado grupo cultural, por exemplo, uma criança só desenvolve a fala em um ambiente com pessoas falantes, assim, Vygotsky compreende que a aprendizagem é indissociável do desenvolvimento, ela é o que possibilita e movimenta o desenvolvimento. Durante os seus estudos, o autor identifica dois níveis de desenvolvimento: um se refere às conquistas já efetivadas, que ele chama de nível de desenvolvimento real, e o outro, de nível de desenvolvimento potencial, que se relaciona às capacidades em vias de serem construídas. O desenvolvimento real se dá a partir das conquistas que já estão consolidadas na criança, ou seja, ações e realizações que ela consegue fazer sozinha, quando ela já se torna independente de um adulto, e o desenvolvimento potencial se refere aquilo que a criança é capaz de cumprir, porém ainda precisa do auxílio de uma outra pessoa de sua cultura, “nesse caso, a criança realiza tarefas e soluciona problemas através do diálogo, da colaboração, da imitação, da experiência compartilhada e das pistas que lhe são fornecidas.” (REGO, 1995, p. 73)

Assim, o autor desenvolve o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), que caracteriza a distância entre aquilo que a criança é capaz de fazer de forma autônoma (nível de desenvolvimento real) e aquilo que ela realiza em colaboração com os outros elementos de seu grupo social (nível de desenvolvimento potencial), a ZDP, define as funções que ainda não amadureceram, que estão em processo de maturação. Rego (1995) vai deixar explícito a relevância desse conceito,

O aprendizado é o responsável por criar a zona de desenvolvimento proximal, na medida em que, em interação com outras pessoas, a criança é capaz de colocar em movimento vários processos de desenvolvimento que, sem a ajuda externa, seriam impossíveis de ocorrer. Esses processos se internalizam e passam a fazer parte das aquisições do seu desenvolvimento individual. (p. 74)

O aprendizado de modo geral e o aprendizado escolar em particular, não só possibilitam como orientam e estimulam processos de desenvolvimento. Compreender o conceito de ZDP, possibilita ao professor e à instituição de ensino verificar as ações educativas quanto ao desenvolvimento da criança, as competências que ela desenvolveu e colaborar para as suas futuras conquistas. Dessa forma, o

ambiente escolar se torna cada vez mais efetivo na aprendizagem da criança, e o professor tem o papel de elaborar estratégias pedagógicas que auxiliem nesse processo. O papel do professor consiste em intervir na zona de desenvolvimento proximal das crianças, provocando avanços que não poderiam ser feitos sozinhos

Encontramos na Educação Infantil o ambiente ideal para o pleno desenvolvimento da criança. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998), mostra que a identidade é uma marca de diferença entre as pessoas, começando pelo nome, seguido de características físicas, personalidades e histórias pessoais e é importante que cada um conheça os seus próprios gostos e preferências e domine suas habilidades e limites. Assim, é possível compreender que a Educação Infantil é pensada e organizada para a o desenvolvimento pleno da criança e da sua identidade. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), em sua proposta pedagógica, afirma que,

A criança precisa estar em contato com outros adultos e com outras crianças dentro do ambiente de aprendizagem e desenvolver seus conhecimentos de diversas naturezas, possibilitando a convivência entre crianças e entre adultos. Construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa. (BRASIL, 2016, p. 17)

A Educação Infantil deve ser um ambiente acolhedor, impulsionador, e que desenvolve a aprendizagem da criança em conjunto, nas interações com outras crianças e com os adultos, e tudo colabora na constituição da identidade de cada uma. Esse ambiente deve ser planejado de acordo com as características que as DCNEI nos apresentam. A Educação Infantil precisa, num esforço coletivo da gestão e junto à toda a comunidade educativa, estabelecer a criança como foco e construir formas de rompimento com toda forma de dominação cultural, inclusive em relação à dominação dos adultos sobre as crianças, e possibilitar um ambiente autônomo para que as crianças se reconheçam naquele lugar, que as definem como pessoas no mundo, como sujeitos únicos, que precisam do outro para continuar se transformando.

É por isso que enfatizamos que a Educação Infantil é planejada em cada linguagem que a compõe, nos seus diversos conhecimentos e atividades, nas ações

dos professores e nos seus espaços. Assim, a preocupação com a qualidade do contexto no qual acontece a educação de crianças pequenas parte do direito da criança a um ambiente de qualidade e da ideia do espaço como educador. (CRUZ e CRUZ, 2017)

O professor Loris Malaguzzi (*apud* BARBOSA E HORN, 2008), ficou conhecido pelo trabalho pedagógico desenvolvido em Reggio Emilia, após a Segunda Guerra Mundial. Esse trabalho começou quando teve início o processo de reconstrução das escolas públicas e laicas. Tal reconstrução estava extremamente vinculada à elaboração de uma pedagogia transgressora, que

rompesse com o formato escolar legado pelos fascistas, propondo uma escola que pudesse lutar contra a acomodação e o tédio, e que oferecesse um novo tipo de convivência e aprendizagem para que, ao contribuir com a formação humana, pudesse garantir que Auschwitz não se repetiria (BARBOSA E HORN, 2008, p. 115)

Malaguzzi entendia que a Educação Infantil tinha grande influência na reconstrução da cidade, pois acreditava em uma escola sem paredes, que articulava com a cultura de fora para dentro. Ele acreditava em um espaço que ao mesmo tempo pudesse acolher e desafiar as crianças, com a proposição de atividades que promovessem a sua autonomia em todos os sentidos, a impregnação de todas as formas de expressão artística e das diferentes linguagens que pudessem ser promovidas junto a elas.

Segundo Hoyuelos (2004, 2006 *apud* CRUZ e CRUZ, 2007), o pensamento e a obra pedagógica de Loris Malaguzzi podem ser analisados com base em três dimensões: ética, estética e política. Um dos princípios relativos à dimensão ética é: educar significa possibilitar o maior número de oportunidades possíveis, essas possibilidades fornecidas precisam respeitar os desejos e os direitos de todas as crianças, respeitando o seu interesse, as suas concepções com relação aos objetos.

Para a efetivação do princípio da ética, é preciso garantir adequada organização da escola, o que, para Malaguzzi significa que a escola deve ser pequena, acolhedora e agradável, um espaço que permita individualidade, flexibilidade e participação. Outra estratégia é valorizar grupos pequenos, que

possibilitam oportunidades de observação, investigação e intervenção do professor, que, assim, participa melhor do processo educativo. Esses pequenos grupos colaboram para que as crianças se comuniquem, negociem, desenvolvam projetos do mesmo interesse e estabeleçam relações umas com as outras. A terceira é assegurar o papel do adulto em vários planos: sociopolítico, relacional e cultural, investigativo e didático. A quarta estratégia é distribuir ou repartir de forma personalizada a responsabilidade, que consiste em condições de trabalho onde o professor consiga se relacionar e interagir com cada criança em particular e com o grupo.

O princípio estético não se dá somente pela beleza, mas pela interação que há com o espaço a partir do olhar, do toque, das ações, Cruz e Cruz (2017) discorrem de forma excelente sobre ele, ao expor que:

os mundos físico e social nos afetam profundamente, reforçando ou provocando mudanças nos nossos modos de perceber e agir, no nosso senso estético, nas nossas habilidades, nos nossos conhecimentos sobre os outros e sobre nós etc. Assim, as escolhas feitas acerca de que móveis, materiais, livros, brinquedos, gravuras, móveis, animais ou plantas estarão disponíveis às crianças e adultos, como estarão organizados e como serão usados, fazem muita diferença na qualidade das experiências vividas nos contextos de creches e pré-escolas. (p. 75)

A escola é um espaço de encontros e de comunicação, entre pessoas e delas com os espaços e objetos, é um lugar dinâmico, interrelacional, qualificado e aberto às múltiplas possibilidades de atuações humanas. Para a efetivação desse princípio, é preciso de qualidade no espaço, e que esse espaço gere prazer para as crianças, prazer em aprender, conhecer, relacionar, prazer em estar nesse ambiente. E a característica desse espaço é que seja flexível e aberto para mudanças, de acordo com as ações que as crianças vão desenvolvendo ao longo do seu tempo nesse lugar.

Assim como Paulo Freire (1992), Malaguzzi acreditava em uma educação de esperança, em uma escola que deve ser alegre e prazerosa. Desse modo, o professor precisa desenvolver ações pedagógicas que gerem prazer e alegria na criança, ele deve instigar a investigação dos objetos, o seu trabalho deve possibilitar interações das crianças com todo o ambiente e com todas as crianças. É através da mediação do professor que a criança desperta os seus conhecimentos quanto aos objetos e

reconhece aquilo que ela já compreende. O professor precisa, em todo o tempo, ser intencional nas suas ações, para que assim, a criança alcance o seu pleno desenvolvimento. A ação das crianças, desafiadas pela presença e disposição de diferentes objetos e materiais criteriosamente disponibilizados pelo professor, ganha protagonismo.

Assim, conseguimos compreender aquilo que Vygotsky afirmou sobre como as interações com o outro e com o espaço, por meio dos signos e instrumentos, afetam a construção da identidade da criança, por meio de um ambiente que convida à comunicação, interação e investigação. Assim, a criança se descobre ao ver o outro, se descobrindo; ela se reconhece no espaço em que está e reconhece o outro. Nesse sentido, é interessante lembrar que na abordagem educacional fundada nas ideias de Loris Malaguzzi há uma grande preocupação de que os ambientes sejam adequados às necessidades e possibilidades particulares de cada momento do desenvolvimento da criança.

As interações, no contexto da educação infantil, são primordiais nesse processo, especialmente as que acontecem entre os adultos e as crianças e entre elas próprias. Mas não se pode esquecer de que as interações não ocorrem isoladas do contexto físico: os quadros, os móveis, as fotografias, os brinquedos, os livros de literatura infantil –, todos os elementos que compõem o ambiente frequentado pelas crianças pequenas se constituem mediadores para as ações e aprendizagens delas. Quanto menores elas forem, maior o poder de deixar marcas e influenciar a consciência que têm de si. As experiências que as crianças vivem no contexto da creche ou pré-escola são, portanto, afetadas pelo conjunto de elementos que configuram esses ambientes (CRUZ e CRUZ, 2017, p. 78).

Dessa forma, é possível compreender a importância da Educação Infantil para a construção da identidade da criança, esse é o lugar em que a criança é valorizada, tem os seus direitos assegurados, se desenvolve plenamente, se encontra com o outro, interage com a cultura, estabelece relações, onde as ações são planejadas para que a criança seja a protagonista da sua história. E se queremos que a Educação Infantil contribua, mais ainda, desenvolvendo um sentimento de segurança e de pertencimento nas crianças, de acolhimento às singularidades de cada uma, precisamos lhes oferecer, nas suas experiências cotidianas, elementos para se reconhecerem e valorizarem suas peculiaridades (físicas, culturais, religiosas etc.), assim como as das demais crianças e dos adultos.

Assim, para que houvesse a construção do conceito de identidade da criança e fosse efetivado as ações para o desenvolvimento dela, foi necessário que a concepção de criança e de Educação Infantil passassem por grandes transformações, por estudos, os princípios e valores, direitos e deveres promulgados para que houvesse valorização da criança e de um ambiente para ela. Apesar de perdurar o sentimento de assistencialismo sobre a Educação Infantil na sociedade, podemos compreender que isso não faz parte do que de fato ela é, ela é planejada em todos os seus ambientes e ações pedagógicas, os professores estudam e se formam para que haja a mediação de conhecimentos e para desenvolver saberes e aprendizagens para as crianças, a Educação Infantil não é só um ambiente para passar tempo.

Nesse sentido, podemos compreender a importância da Educação Infantil para a construção da identidade da criança, por propiciar os elementos necessários para que ela se conheça e se encontre na cultura em que está, para que ela veja o outro e a si nas diferenças e nas semelhanças, onde ela tenha contato com saberes e vivências produzidos por elas. A identidade e a singularidade de cada criança são desenvolvidas a partir das suas relações, das relações com os seus semelhantes, das relações com o outro e com o ambiente, e por isso que a Educação Infantil se faz tão importante para esse desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos realizados neste Trabalho de Conclusão de Curso possibilitaram a compreensão da importância da Educação Infantil, colaborou com a valorização desse ambiente e como ela é necessária para a construção integral da criança, correlacionando aos estudos em Vygotsky (1988, *apud* REGO, 1995) que afirma a importância das interações para o desenvolvimento da criança e reafirma a importância do ambiente educacional para isso.

Foi necessária uma transformação na concepção de criança para que se pudesse pensar em uma educação para crianças, Philip Aries (1981) estudou a relação da sociedade na Idade Média com relação à criança, onde elas eram vistas como miniadultos e tratadas de tal maneira, por isso havia um número muito grande na mortalidade infantil, já que elas não possuíam os cuidados necessários, ideias para a sua idade. A educação era limitada às técnicas de aprender a fazer o que os adultos faziam, assim, a criança era criada no meio dos adultos, realizando as mesmas tarefas que eles, sendo tratadas como adultos, não possuíam direitos, não desfrutavam do período da infância.

No século XVIII, no Brasil, começou um sentimento quanto as crianças, onde surgiu a Roda dos Expostos, com o intuito de diminuir o abandono de crianças nas ruas, as Santas Casas criaram essas rodas para que as mães colocassem seus filhos para serem cuidados lá dentro, apesar de ter sido uma solução naquele momento, ao passar do tempo, se tornou um problema, já que muitas crianças começaram a morrer nas Rodas. Assim, com essas instituições fechadas começou a se pensar em novas instituições para o abrigo de crianças, já que começara um cenário de marginalização delas. Surgiram as instituições de caráter filantrópico, já no século XX, surge o “jardim de infância” no Brasil, por influência dos escola novistas, porém, surge uma característica na educação para crianças que perdura até os dias de hoje, que possui um caráter assistencialista e compensatório.

Após isso, leis começaram a ser criadas e promulgados em favor da criança e de uma educação para ela, e foi a partir da Constituição Federal de 1988 que começou a valorização de um ambiente educacional para as crianças, em seguida, em 1990 surge o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – que garante direitos

e deveres da criança e do adolescente, sendo um deles a garantia de educação. E em 1996, com a promulgação da 3.^a Lei de Diretrizes e Bases Educação Nacional, ao declarar a educação infantil como primeira etapa da educação básica nacional, e solidificam-se com a aprovação, pelo Conselho Nacional de Educação, em 2009, da Resolução CNE/ CEB n.º 05/09, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI), das Leis de Diretrizes e Bases podemos, finalmente, ter uma educação totalmente voltada e direcionada para as crianças, um ambiente que seria construído para elas e por elas.

A partir desses documentos, podemos alcançar os objetivos da Educação Infantil, como respeitar e vivenciar as diferenças, ter uma educação linear, o cuidar como parte da educação, interação com o outro etc., assim, podemos entender a importância desse lugar na vida da criança. A criança precisa das relações com o seu igual, com o adulto, para poder compreender das diferenças, da cultura, conhecer o que está além das 'paredes', e é o ambiente educacional que proporciona isso a partir da aprendizagem e das relações criança – criança e criança – adulto. Vygotsky (*apud* REGO, 1995) afirma que as relações sociais que nós temos, o meio que estamos inseridos, influenciam continuamente, em quem nós somos e nos tornamos, a cultura também tem esse papel de influenciar na construção da identidade.

Vygotsky (*apud* REGO, 1995), para enfatizar a importância do ambiente educacional desenvolve o conceito de ZDP, Zona de Desenvolvimento Proximal ou Potencial, que consiste na distância dos saberes que a criança já possui e nos saberes que ela ainda não possuiu. Desse modo, compreende que esses saberes colaboram para o desenvolvimento da criança e a sua construção social e identitária, e é através da mediação do professor e da relação com outras crianças, que se torna possível a aprendizagem de novos saberes.

A identidade é uma marca de diferença entre as pessoas, começando pelo nome, seguido de características físicas, personalidades e histórias pessoais e é importante que cada um conheça os seus próprios gostos e preferências e domine suas habilidades e limites. Neste sentido, conclui-se que a Educação Infantil é o ambiente que consegue desenvolver com a criança o ambiente, o contato, as interações para que a construção da identidade da criança, já que o seu espaço e as suas ações são planejados para que a criança se descubra, descubra o outro e o seu

meio, pois é a partir das interações com o outro e o mundo que descobrimos e aprendemos novas formas de ser e estar no mundo.

REFERÊNCIAS

Ariès, Philippe. **História social da criança e da família**. 2ª Edição. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1981.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010.

BARBOSA, Maria Carmem Silveira. HORN, Maria da Graça Souza. **Projetos pedagógicos na educação infantil**. Dados eletrônicos, Porto Alegre, Artmed, 2008

CRUZ, Silvia Helena Vieira. CRUZ, Rosimeire Costa de Andrade. **O ambiente na educação infantil e a construção da identidade da criança**. Em Aberto, Brasília, Volume 30, n. 100, p. 71-81, 2017

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância**. Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004.

KUHLMANN JR, Moysés. **Histórias da educação infantil brasileira**. Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. **Educação Infantil: Fundamentos e Métodos**. São Paulo: Cortez, 2013. (Coleção docência em formação. Série educação infantil)

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. (Educação e conhecimento)

SZWAKO, José. **Identidades Liquidadas**. Revista Sociol. Política. Curitiba, p. 215-218, novembro, 2006.